

**SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA**



**POLÍTICA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO
ESTADO DO PARANÁ**

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

2018

***Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da
Política para a População em Situação de Rua do Estado do
Paraná – CIAMP Rua/PR***



CURITIBA – PARANÁ

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

1. INTRODUÇÃO

A Política para a População em Situação de Rua no Estado do Paraná foi estabelecida pela Adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua.

O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População de Rua do Estado do Paraná – CIAMP Rua/PR, foi criado pelo Decreto Estadual nº 2.405 de 15 de setembro de 2015, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU, seguindo as diretrizes do Decreto Nacional nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que criou a Política Nacional da População em Situação de Rua.

O CIAMP Rua/PR é uma instância de gestão intersectorial de caráter consultivo, propositivo e de monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua. Tem por finalidade possibilitar e auxiliar na implementação e monitoramento das Políticas Públicas voltadas a este segmento, em todas as esferas da Administração Pública no Estado do Paraná, a fim de garantir a promoção, defesa e proteção dos direitos humanos e exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das pessoas em situação de rua no Estado do Paraná.

A coordenação da Política para a População em Situação de Rua e o CIAMP Rua/PR, conforme Art. 3º, Inciso X, possui como uma de suas responsabilidades, elaborar e apresentar anualmente, à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, ao Departamento competente e à Sociedade, o **Relatório Circunstanciado** de todas as atividades desenvolvidas pela gestão da política e pelo Comitê.

No dia 14 de fevereiro de 2017, foi dada posse aos membros do CIAMP Rua, em solenidade específica, pelo Secretário de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Artagão Junior.

Na gestão 2017 – 2018, fizeram parte do CIAMP Rua/PR com direito a voto, os membros indicados que representam os seguintes órgãos: Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU, Secretaria de Estado da Educação - SEED, Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária - SESP e a Secretaria de Estado da Saúde - SESA, bem como cinco entidades representantes da sociedade civil organizada: Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR, Instituto Nacional da População de Rua – INRUA, Fraternidade Aliança Toca de Assis – TOCA e Casa da Acolhida São José e Pastoral do Povo de Rua.

Na gestão 2019 – 2020, houve alterações na área governamental, decorrente da fusão das duas Secretarias SEJU/SEDS, constantes da justiça e da assistência social. Portanto os

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

indicados para os Colegiados serão de acordo com as políticas que representam dentro do órgão. Na área da Sociedade civil, houve uma alteração: saiu a Fraternidade Aliança Toca de Assis e entrou o Conselho Regional de Psicologia – CRP.

2. DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO E COMPROMISSOS GERAIS

1 – O Termo de Adesão à Política Nacional para População em Situação de Rua, de natureza intersetorial, que celebram a União e o Estado do Paraná, exige ação conjunta das seguintes políticas públicas:

- direitos humanos;
- segurança pública e justiça;
- trabalho e emprego;
- desenvolvimento urbano e habitação;
- assistência social;
- educação;
- segurança alimentar e nutricional;
- saúde;
- cultura;
- esporte e lazer.

Constituem as prioridades e compromissos eleitos pelos partícipes celebrantes deste Termo:

- I - Consolidação e implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;
- II - Proteção e promoção dos direitos humanos das pessoas em Situação de Rua; e
- III - Combate à violência.

2. Os eixos escolhidos como principais, e que foram trabalhados no ano de 2017, são os que seguem:

- Levantamento de todas as políticas públicas em benefício da população em situação de rua, que estão implantadas e em andamento no Estado do Paraná;
- Segurança Pública;
- Trabalho e emprego;
- Habitação e Moradia;

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

- Educação.

Destes eixos, foram trabalhados durante o ano de 2017: a área da Segurança Pública, área do Trabalho, Emprego, Habitação e Moradia. Dada a complexidade e amplitude das duas áreas anteriores (Habitação e Moradia), os assuntos foram estendidos por várias reuniões. Em razão disso, as discussões e encaminhamentos referentes à área da Educação foram postergados para 2018, por decisão unânime do CIAMP Rua Estadual.

3. PLANO DE TRABALHO 2018

O Plano de Trabalho para 2018, foi idealizado e aprovado pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua – CIAMP Rua PR, que atua com natureza intersectorial em ação conjunta das seguintes políticas públicas: justiça, direitos humanos, cidadania, segurança pública, trabalho e emprego, moradia e habitação, assistência social, educação e saúde.

Os eixos escolhidos são os que seguem:

- Divulgação e fortalecimento da Política para População em Situação de rua;
- Acompanhamento das ações realizadas, voltadas para a população em situação de rua no Estado do Paraná
- Pauta Permanente:
 - Desenvolver estratégias de enfrentamento à violência letal, bem como, institucional e difusa contra a população em situação de rua.
 - Disseminar o direito a moradia como estratégia prioritária para a superação da situação de rua.

Foram realizadas, no ano de 2018, 11 reuniões ordinárias do CIAMP Rua, destacando a reunião do mês de agosto, quando aconteceu a primeira **Reunião Ordinária Ampliada**, com a presença do município de Curitiba, bem como, outros de maior porte populacional do interior do Estado, Guarapuava, Londrina, Maringá, Umuarama e Foz do Iguaçu. Além destes, compareceram diversos municípios da Região Metropolitana, Pinhais, Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais, Araucária, Almirante Tamandaré e Piraquara. O CIAMP Rua/PR com todos os seus membros, realizaram esta reunião diferenciada, dando oportunidade a todos os municípios presentes fazerem apresentação de seus equipamentos e trabalhos, bem como, diálogo aberto



SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

para perguntas, respostas, oportunizando troca de experiências e capacitação aos técnicos municipais, com vias de acompanhamento e monitoramento das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua.

Além desta importante reunião, no ano de 2018 aconteceram avanços importantes com a **Interiorização das Políticas Públicas para as pessoas em situação de rua, com três Seminários** de Políticas Públicas para este segmento da população, os quais tiveram apoio da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Em maio foi realizado o **Seminário de Políticas Públicas para as pessoas em situação de rua da Tríplice Fronteira, no município de Foz do Iguaçu**, com a presença de representantes governamentais do Brasil, Paraguai, Argentina e municípios vizinhos - palestrando Ministério Público de Direitos Humanos, Defensorias Públicas Estadual e da União, Ministério Público do Estado do Paraná - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, a Prefeitura de Foz do Iguaçu, bem como, Movimento Nacional da População em situação e rua e Instituto Nacional da População em Situação de rua. Em setembro aconteceu o **Seminário de Políticas Públicas em Cascavel** com a presença de diversos municípios, onde pela manhã aconteceu Mesas de Debates para os profissionais de Cascavel que atuam diretamente com a pop rua, dirigidas pelo Coordenador Nacional da Política para a População em Situação de Rua e pela Coordenadora Estadual da Política para a População em Situação de Rua. No período da tarde foi no grande Auditório, aberto para a população em geral com a presença de diversos municípios vizinhos de Cascavel – palestrando representante do Ministério de Direitos Humanos, e da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Em novembro aconteceu o **Seminário de Políticas Públicas para a população em situação de rua no município de Londrina e Norte do Paraná**, no Ministério Público da Justiça Estadual, com a presença de representantes de municípios vizinhos, e do Conselho Estadual de Assistência Social, onde o Ministério Público e os membros governamentais do CIAMP Rua/PR estiveram palestrando - Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, Secretaria da Saúde, Secretaria de Segurança e Administração Penitenciária, a Companhia de Habitação do Paraná, bem como, representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Deste último Seminário, foi elaborada e aprovada, uma Carta de Intenções que será entregue pelo MNPR ao Executivo do Governo Estadual do Paraná, sobre as necessidades prioritárias nas políticas públicas para as pessoas em situação de rua.



SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Na sequência, seguem as tabelas onde estão elencadas as ações e encaminhamentos realizados em 2018, pela Política Estadual para a População em Situação de Rua e pelo Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua do Estado do Paraná.

4. ABREVIATURAS

1. PSR – População em situação de rua, ou pessoa em situação de rua;
2. CIAMP RUA/PR – Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua;
3. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
4. SEJU/PR - Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos;
5. IMAP/Curitiba - Instituto Municipal de Administração Pública da Prefeitura Municipal de Curitiba;
6. FAS/Curitiba – Fundação de Ação Social da Prefeitura de Curitiba;
7. MPPR-CAOPDH - Ministério Público do Estado do Paraná - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos;
8. DPPR – Defensoria Pública do Estado do Paraná;
9. DPU – Defensoria Pública da União;
10. SEJUF – Secretaria da Justiça, Família e Trabalho;
11. SEED – Secretaria de Estado da Educação;
12. COPED – Conselho Permanente de Direitos Humanos;
13. CREAS – Centro Regional Especializado de Assistência Social;
14. UPA – Unidade de Pronto Atendimento;
15. CAPSAD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas;
16. CAPS – Centro de Atenção Psicossocial;
17. CADÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
18. COMITÊ – Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua;

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

- 19. GT – Grupo de Trabalho;
- 20. SINAN – Sistema de Informação Nacional de Agravos de Notificação;
- 21. COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná;
- 22. SESA – Secretaria da Saúde;
- 23. SESP – Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária;

5. PRINCIPAIS AÇÕES E ENCAMINHAMENTOS NO ANO DE 2018 PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:

REUNIÕES	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
06.02.2018	1. Violação de direitos: representantes do Movimento Nacional da População em situação de rua, apresentam relato sobre ocorrência de mortes das pessoas em situação de rua, discorrendo também sobre as diversas violências que são submetidas a PSR, solicitando providências.	1º - Visando diminuir o preconceito e a violência contra as pessoas em situação de rua, foi criado um Grupo de Trabalho intersetorial, composto por membros do CIAMP Rua/PR em conjunto com a SEJU e o COPED, onde foi desenvolvido um projeto para ser realizado nas escolas estaduais, com concurso entre estudantes do ensino fundamental e médio no município de Curitiba capitaneado pela SEED, com o tema “ Violência contra a População em Situação de Rua ”. A primeira fase do projeto aconteceu entre os meses de maio e junho de 2018 com reunião de pedagogos do município de Curitiba para apresentação da Campanha que teve a adesão espontânea de cinco colégios estaduais, onde 32 estudantes participaram do projeto, desenvolvendo trabalhos sobre o tema. No mês de agosto, os trabalhos foram expostos com entrega de certificados de participação aos estudantes, professores e diretores na Escola Estadual de Direitos Humanos, em Reunião Ampliada do CIAMP Rua/PR, com a Presença de representantes, autoridades e técnicos de diversos

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		municípios do Paraná. 2º - para haver registro das violências contra a PSR, o MPPR solicita ao SINAN a inclusão dos registros da população em situação de rua em seus formulários de Notificação sobre violências, fundamentado na Portaria 204/2016, que trata da entrada obrigatória da população em situação de rua no registro da “motivação” no formulário do SINAN, para fazer o mapeamento e registro desta população, visando a instauração de processos investigatórios sobre a violência física contra a população de rua.
	2. Desenvolver proposta para fortalecer o CIAMPRua estadual e os CIAMPs municipais, para dar maior visibilidade às Políticas PSR. 3. Preparar a capacitação para diversos municípios da região metropolitana de Curitiba e de regiões polos do Paraná, para implantarem e desenvolverem a Política Pública Nacional para as pessoas em situação de rua, criando o CIAMP Rua nos municípios.	1º O Comitê, ao longo de 2018, escolheu realizar e participar de Seminários de Políticas Públicas PSR para alcançar este objetivo. 1º Através dos 04 grandes encontros que foram realizados ao longo de 2018, em parceria com municípios estratégicos - Foz do Iguaçu, Curitiba, Cascavel e Londrina - com a participação dos geograficamente próximos, com palestras e debates sobre a PSR, sobre suas demandas quanto à população em situação de rua e a criação dos CIAMPs Rua Municipais, entendemos que os municípios presentes foram de uma certa forma capacitados.
	4. Realizar Seminários / Encontros / Eventos, para a expansão da Política para as pessoas em situação de rua.	1º O município de Foz do Iguaçu foi escolhido para realizar o 1º Seminário de Políticas Públicas para as pessoas em situação de rua, da Tríplice Fronteira, convidando o CIAMP Rua Nacional e o Estadual, Ministério da Saúde, entre outros, para discutir as políticas mais adequadas para as pessoas em situação de rua daquela região. Motivo da escolha: região de fronteira, com movimentação inter-fronteiras das pessoas em situação de

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		rua; A prefeitura de Foz do Iguaçu abraçou a ideia no formato integral: fez sua Adesão à Política Nacional PSR, está desenvolvendo o Comitê e está desenvolvendo o Projeto Moradia Primeiro, iniciando com 10 unidades habitacionais.
	5. Preparar Cartilha como Guia de Apoio da Política da População em situação de Rua, direcionada aos técnicos governamentais e da sociedade civil, que atuam nas políticas PSR em todo o Estado do Paraná.	1º Discussão e escolha dos temas e conteúdo que deverão constar na Cartilha. Esta Cartilha foi lançada na Reunião Ampliada no mês de agosto.
	6. Realizar Curso de capacitação em direitos humanos, para os profissionais da área de segurança e outras áreas, os que atuam com as pessoas em situação de rua, no município de Curitiba.	1º Foi realizado o curso de Capacitação em parceria com o Ministério Público do Estado do Paraná - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, SEJU/PR, IMAP/Curitiba, e a FAS, nos meses de fevereiro e março de 2018, direcionado para profissionais da área da segurança pública, assistência social e saúde, que atuam com este segmento da população.
	7. Realizar eventos, com os Ciamps existentes e outros municípios, divulgando o modelo moradia primeiro.	1º Decidiu-se que a divulgação sobre “Moradia Primeiro”, deverá acontecer em todos os eventos onde o CIAMP RuaPR estiver representado.
	8. Segundo informação do MNPR, no Município de Curitiba, há em torno de 3.200 pessoas em situação de rua na cidade e a FAS tem 742 vagas de acolhimento para essas pessoas, o que é insuficiente.	1º A Prefeitura de Curitiba se comprometeu fazer parceria ou contratar empresa para em 2019 realizar o censo das pessoas em situação de rua no município. Desta forma poderá desenvolver melhor as políticas em benefício da PSR.
	9. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística manifestou-se sobre a Proposição do CIAMP Rua-PR em 2017,	1º O CIAMP Rua/PR tomou conhecimento e decidiu enviar por e-mail, cópia do ofício do IBGE para

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	que solicitou ao IBGE que realizasse o censo da população em situação de rua. Em resposta o IBGE justifica a inviabilidade em realizar tal censo, por não serem domiciliados e pelo alto custo que geraria. No entanto, o IBGE sugere, que cada município faça o seu censo PSR, contando com o apoio técnico do IBGE, compartilhando o resultado, para que seja registrado no banco de dados do IBGE.	conhecimento das autoridades municipais. 2º Enviou também ao CIAMP Rua Nacional, para conhecimento e providências. 3º Após estes trâmites, o CIAMP Rua/PR tomou conhecimento que o CIAMP Rua Nacional, encaminhou a situação para a Justiça – Defensoria Pública da União. 4º Em resposta à Defensoria Pública da União, o IBGE expede Nota Técnica, informando que no âmbito da Diretoria de Pesquisas (DPE) do IBGE, foi instituído um grupo de trabalho, envolvendo técnicos desta Diretoria e da Diretoria de Geociências (DGC), para não só apresentar proposta para a implementação do mencionado aperfeiçoamento na captação do segmento da população em situação de rua objeto do Censo Demográfico, como também propor as diretrizes para a construção do arranjo institucional que possibilite a realização regular de pesquisas para enumerar aquela parcela vivendo desabrigada. 5º Por sua vez, como parte de um projeto mais amplo para o aperfeiçoamento das estatísticas da área social, o IBGE irá constituir um Comitê Técnico de Habitação no qual uma das linhas de trabalho versará sobre a temática da população em situação de rua, incorporando ainda representantes da Coordenação Operacional de Censos (COC), do IBGE, o que garante a integração de toda área técnica da instituição, em um trabalho coordenado pela Diretoria de Pesquisas (DPE), para o aperfeiçoamento das informações acerca dos diferentes níveis de exclusão habitacional verificados no território, e, em particular, nas principais aglomerações urbanas onde são identificados os maiores grupos
--	--	--

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		populacionais não domiciliados.
	10. O Programa Mãe Curitibana tem uma ação sobre a “oferta de mais um método contraceptivo às mulheres em situação de rua, e que estão na idade fértil” - o método Implanon. A oferta do método é realizada pelos profissionais da equipe de consultório na rua - ECR., que já possui vínculo com a mulher. A implantação se dá no ambulatório de ginecologia do Hospital de Clínicas, com agendamento prévio e com o livre consentimento da mulher. Após a colocação do Implanon a mulher é acompanhada pela ECR.	1º O CIAMP Rua-PR entende ser um avanço, mas que deve ser acompanhado com cautela, para que nenhuma mulher em situação de rua seja forçada ao uso, preservando seus direitos humanos de escolha.
	11. O Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR, programou um Seminário para o dia 09 de março sobre habitação e o lançamento da campanha de habitação para a população em situação de rua.	1º O Seminário sobre o Lançamento da Campanha sobre Moradia e Habitação para PSR, aconteceu em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná, com a participação do MNPR, MPMHPR, DFPPR, MPPR, SEJU, CIAMP Rua-PR, UFPR, outros órgãos governamentais e diversos representantes da sociedade civil organizada e cidadãos.
REUNIÃO	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
13.03.2018	12. Apresentou-se a minuta do plano de trabalho do CIAMP RUA/PR 2018, para avaliação, correção e aprovação do Comitê, comentando que o plano foi separado em 3 eixos principais.	1º Em deliberação do Comitê, ficou aprovado eixo 1: objetivar o fortalecimento da atuação do CIAMPRUA/PR, visando as seguintes ações: 1. Estimular a formação de Comitês Municipais, por meio de parceria junto aos Conselhos, Secretarias Estaduais e organizações da sociedade civil; 2. Articulação com os CIAMPs municipais existentes; 3. Divulgar o CIAMP junto aos Conselhos Estaduais. Através da elaboração e divulgação do relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pelo CIAMP-RUA/PR, objetivando o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento à

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		violência letal institucional e difusa contra população em situação de rua com a divulgação do direito à moradia como aspecto central da política da população em situação de rua, com as seguintes ações: 1. Desenvolvimento de campanhas em parceria com outras instituições/organizações; 2. Ações formativas para agentes públicos / Institucionais; 3. Divulgar o modelo "Moradia Primeiro".
REUNIÃO	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
13.03.2018	13. Fazer uma Nota Técnica sobre os objetivos do CIAMP e encaminhar aos municípios para estimular o processo da criação de Comitês municipais.	1º Nos debates sobre os assuntos/atividades apresentados, objetivar e dar publicização as ações propostas pelo CIAMP/RUA.
	14. Solicitou – se ao Comitê o encaminhamento de uma orientação por escrito, sobre o conceito geral de “População em Situação de Rua”, para dessa forma, trabalhar o conceito nas formações continuadas dos Policiais Militares e na pauta de direitos humanos.	1º Informados que o conceito geral sobre “população em situação de rua” é o que consta no Decreto Nacional nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, no Parágrafo único do Art. 1º “ Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.”
	15. Convite do COPED para o CIAMP RUA/PR integrar o Grupo de Trabalho Intersetorial, desenvolvendo ações, que possam diminuir a violência letal e outras, que sofrem a PSR.	1º Foi designado que as representantes da SEED fizessem parte do GT, e a SEJU acompanharia o grupo, para dar suporte técnico e administrativo. O Sub GT da Educação desenvolveu uma Campanha para ser aplicada nas escolas, com livre adesão dos professores.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	16. Sugeriu – se, para o Dia 19 de Agosto, que além da realização da campanha contra a violência da PSR, que será realizada nas escolas, focando na diminuição de preconceitos e violência contra a PSR, propõe-se realizar outras ações.	1º Foi demandado em primeira mão à Casa da Acolhida (instituição membro do Comitê) que desenvolverá um concurso entre os atendidos pela Instituição, para desenvolverem desenho sobre o tema “moradia / Habitação”, para criar o Folder institucional do Dia 19 de Agosto, Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua.
	17. Retomou – se o assunto da Cartilha relacionada a População em Situação de Rua, informando que sugestões de textos será encaminhado aos integrantes para que, na próxima reunião, o Comitê possa discutir sobre possível inserções, e alterações do material.	1º As sugestões de textos foi enviado aos participantes do CIAMP Rua/PR, de forma democrática, para todos poderem contribuir com suas opiniões e outras possíveis sugestões.
	18. Curso de Capacitação: o MPPR, SEJU a FAS e IMAP fazem parceria para realizar um curso sobre Direitos Humanos voltado à temática da População em Situação de Rua, para os servidores da fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) e terceirizados que atendem diretamente a População em Situação de Rua	1º O curso aconteceu em abril, com 04 turmas de 60 pessoas cada; foram 08 encontros; 02 por turma. 16 horas aula para cada turma. Receberam certificado de participação.
	19. Análise sobre a necessidade de levantamento de dados e perfil da população em situação de rua no Paraná e no Brasil.	1º Em debate sobre as ações “Formular estratégias para produção de diagnósticos sobre a População em situação de rua” e “Articular e estabelecer parcerias junto a Secretarias e Órgãos do Estado que atuam com banco de dados, bem como com a População em situação de Rua, visando identificar o perfil desta população no PR”. A produção de censo é competência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como ainda não temos estes dados, sugeriu – se trabalhar com dados secundários de órgãos oficiais ou não, que já estão produzidos, e, consequentemente, sistematizar esses

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		dados no âmbito estadual e também a criação de um Comitê com parceria dos municípios, na finalidade de traçar estratégias para produção de diagnósticos sobre a População em situação de rua, trabalhar na elaboração de leis para regulamentar a produção conforme o crescimento numérico.
REUNIÃO	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
10.04.2018	20. Sugeriu-se títulos aos eixos estabelecidos na reunião anterior. Em deliberação do Comitê, ficou acordado os nomes dos eixos: 1- Divulgação e Fortalecimento da Política da População em Situação de Rua no Estado do Paraná; 2- Acompanhamento das ações realizadas voltadas para População em situação de Rua no Estado do Paraná; 3- Pauta Permanente. Houve alterações nos objetivos do eixo 3: Primeiro objetivo: Desenvolver estratégias de enfrentamentos à violência letal, bem como institucional e difusa contra população em situação de rua; e, segundo: Disseminar o direito à moradia como estratégia prioritária para a superação da situação de rua.	1º Debates sobre as políticas e atividades apresentadas
	21. Apresentou – se aos integrantes uma proposta de sumário, pedindo sugestões de itens para compor a Cartilha.	1º Solicitou – se às instituições que compõe o CIAMP/RUA, que encaminhem um histórico da instituição via e-mail sobre os temas propostos à Cartilha, especialmente o Movimento Nacional da População de Rua-MNPR/PR. Ficou estabelecido o prazo de encaminhamento dos resumos até o final de abril e, após análise dos membros, deve-se retomar as discussões no mês de junho.
	22. O Comitê foi informado sobre o convite do MNPR/PR para participar do I Seminário de Políticas Públicas da População em Situação de Rua da	1º Foi decidido que iriam ao Seminário de Políticas Públicas da Tríplice Fronteira, para pessoas em situação de rua, os representantes do MNPR e do INRUA, na VAN disponibilizada

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	Tríplice Fronteira, que acontecerá na cidade de Foz do Iguaçu. O convite foi estendido à SEJU, onde o MNPR/PR solicitou traslado de 15 militantes do MNPR/PR.	pela SEJU; e por outros meios, o representante da SEJU para realizar palestra no evento. Outras Secretarias não conseguiram participar pela proximidade da data.
	23. Relembrou – se o caso das pessoas em situação de rua que se encontravam na cidade de Guaratuba em outros municípios do litoral, onde, segundo o relatante, foram conduzidos por autoridades policiais, sendo colocados em um ônibus. Tanto ele como as outras pessoas em situação de rua, que já se encontravam no ônibus, foram liberados em uma rodovia, com a orientação de não voltarem às praias. Ação esta, caracterizada como higienista e preconceituosa.	1º Depois da denúncia recebida pela Casa de Acolhida São José, a autoridade policial de Guaratuba relatou que após investigação criminal, concluiu-se que esta ação não foi desenvolvida pela autoridade policial de Guaratuba e está sendo investigado se o caso é de ordem de outro município próximo. Não tivemos outro retorno da investigação policial sobre o assunto.
	24. Comentou – se que o Conselho Estadual de Habitação, a partir do mês de maio abrirá inscrições para nova composição.	1º Foi decidido que seria interessante a participação do INRUA e MNPR/PR, tendo em vista o projeto “housing first”. As duas instituições ficaram em decidir se concorreriam à vaga no Conselho e no final decidiram por não se candidatar por enquanto.
REUNIÃO	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
08.05.2018	24. Realizado relatório sobre a presença da SEJU no I Seminário de Políticas Públicas da População em Situação de Rua da Tríplice Fronteira.	1º Foi assinado por parte da Prefeitura de Foz do Iguaçu, compromisso estabelecendo um prazo de 120 dias para formalização do Termo de Adesão da política nacional da população em situação de rua e, na sequência criar o CIAMP/RUA Municipal de Foz do Iguaçu. 2º Outro Compromisso do município de Foz do Iguaçu, foi o de viabilizar o Programa “Moradia Primeiro”, talvez com 05 a 10 moradias.
	25. Informou – se também sobre um convite feito ao Comitê, para participar da Cúpula Latino Americana pelos	1º Infelizmente não foi possível enviar nenhum representante para o evento.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	Direitos da Criança e Adolescente em Situação de Rua, que acontecerá nos dias 27 à 29 de junho de 2018, na cidade de Fortaleza.	
	26. Informou - se sobre o Congresso Nacional do Movimento Nacional da População de Rua-MNPR/PR, que acontecerá no dia 23 à 25 de maio, no estado do Rio Grande do Sul.	1º Os representantes do MNPR do Paraná foram ao evento, para decidirem as diretrizes e encaminhamentos para as políticas PSR no Brasil.
	27. Foi apresentada e discutida com o COMITÊ a Campanha elaborada pelo GT Educação do COPED.	1º Debates / sugestões a respeito do trabalho apresentado.
	28. Fez – se uma releitura do plano de trabalho 2018. Com relação à ação: 1- Estimular a formação de Comitês Municipais, por meio de parceria junto aos Conselhos, Secretarias e organizações da sociedade civil.	1º O Comitê foi informado que a SEJU teve um prévio diálogo com os Conselhos Estadual dos Direitos do Idoso e com o Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, os quais sinalizaram positivamente quanto a ouvir o COMITÊ.
	29. Comentou – se sobre a importância de, ao dialogar com cada Conselho buscando parceria, abordar o público-alvo ao qual esse Conselho se destina dentro da política da população em situação de rua.	1º Em debate, o Comitê decidiu elaborar um modelo de apresentação para abordar esses conselhos.
	30. Sugeriu-se desenvolver os 3 eixos do Plano ao mesmo tempo, quando forem compatíveis.	1º Sugestão aprovada.
	31. Informou que o processo formativo já está acontecendo na cidade de Curitiba e o segundo ficou presumido para novembro com outros municípios.	1º O processo formativo do primeiro semestre foi realizado e concluído; entretanto, no segundo semestre foi escolhido realizar seminários com município polo e circunvizinhos. Aconteceu em Cascavel e Londrina.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

32. Os eventos que seriam realizados para o Dia de Luta ficaram previstos para 19/08/2018.	1º Aprovado
33. Em sugestão, a produção de videoconferência ficou agendada para outubro, com os municípios que já possuem CIAMP/Rua.	1º Ficou aprovado. Entretanto por causa da proximidade das eleições, foi decidido realizar em agosto, no formato de uma reunião ampliada do CIAMP Rua/PR em Curitiba, com a presença de todos os municípios que tem o seu CIAMP e outros que ainda não criaram.
34. A Orientação técnica destinada a estimular os municípios a elaborarem levantamentos da população em situação de rua e seu perfil, e a informação técnica de orientação dos municípios para criar o CIAMP, terão sua elaboração prevista para setembro.	1º Relativo ao levantamento do censo da PSR por cada município, foi enviado o ofício recebido do IBGE, que se disponibiliza trabalhar em parceria com estes, para realizar o trabalho. 2º Quanto a orientação técnica para criar os CIAMPs municipais, foi criada em lançada no mês de agosto, em comemoração do Dia de Luta da PSR, Cartilha Guia de Apoio, com todas as orientações para o município criar seu CIAMP.
35. Ficou deliberado que a instituição Casa da Acolhida São José, através de seus atendidos PSR, seriam responsáveis pelas sugestões para o Logotipo do CIAMP/RUA, com prazo de entrega até o final de maio.	1º Foram sugeridos alguns desenhos de mãos unidas, de casas e ruas, mas nenhum deles foi aprovado pela área de comunicação da SEJU – disseram que poderia ser considerado plágio, pois os desenhos foram retirados da internet..
36. Apresentou-se a arte de usuários como sugestão para flyer do mês de agosto e ressaltou que todos os usuários colocaram a questão da habitação como luta prioritária.	1º Através da ideia dada com o desenho feito pelos usuários da Casa da Acolhida São José, o Setor de comunicação do DEDIHC desenvolveu o flyer 2018,
37. Quanto à Cartilha, ficou estabelecido o encaminhamento dos resumos até o fim de junho.	2º Cartilha e flyer foram lançados no dia 19 de agosto, em comemoração do Dia da Luta PSR.
38. A produção da Nota Técnica sobre	1º A nota técnica foi substituída por

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	moradia primeiro ficou prevista para agosto.	palestra informativa, sobre o Projeto Moradia Primeiro, desenvolvido pelo GT do Ministério Público do Estado do Paraná - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo.
REUNIÃO	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
05.06.2018	39. Foi inserido uma pauta extra: análise do Projeto de Lei que propõe a criação de uma Política Estadual da população em situação de rua, pelo Deputado Lemos, enviada pela ALEP para a SEJU para conhecimento e manifestação.	1º Discorreu-se sobre o Projeto de Lei proposto pelo Deputado Lemos, seu conteúdo e tramitação. 2º Solicitou-se autorização ao CIAMP para elaborar uma orientação técnica que retornará, junto ao projeto, à Casa Civil. 3º Em resposta a ALEP, foi informado que o Estado já criou através do Decreto Estadual 2045/2015 o Comitê PSR, e que tanto a Política da PSR como o Comitê estão inseridos nas atribuições da SEJU. E os papéis de Adesão à Política Nacional PSR, agora já estão completos.
	40. Informou-se que 3 Conselhos Estaduais se propuseram a ouvir a Apresentação do CIAMP, sendo eles o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI, e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE.	1º Foi decidido preparar o material que seria apresentado aos Conselhos, para depois marcarmos as possíveis datas. 2º Ficou deliberado que as palestras seriam organizadas ao longo do segundo semestre, mas acabou não acontecendo por causa de outras pautas prioritárias.
	41. Informou-se sobre a indicação de Anderson A. da Mata para a suplência da Fraternidade Aliança Toca de Assis, de Eliane Silvério Betiato para a suplência da Casa da Acolhida São José.	1º Solicitou-se que ambas as entidades encaminhassem ofícios com as indicações de substituição.
	42. Informou-se que a DPPR solicitou a inclusão na Cartilha dos telefones de	1º Aprovado e adicionado.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	suas sedes principais.	
	43. Sugestão de Proposição de Atuação do CIAMP para expansão de criação dos CIAMPs Municipais.	1º Foi decidido que cada membro, desde que designado, poderá representar o Comitê em eventos, para expansão dos Comitês municipais.
	44. Sugeriu-se que no mês de agosto os gestores dos municípios que já implantaram o CIAMP sejam convidados a participar de palestras durante a manhã e durante a tarde da reunião do Comitê	1º O MNPR/PR sugeriu a escolha dos municípios e o Comitê validou. Foram convidados municípios de maior porte de todo o Estado, bem como todos da Região Metropolitana de Curitiba.
	45. Sugeriu-se que o Comitê deliberasse o próximo município a receber a proposta de criação de um CIAMP municipal e indicou o município de Umuarama, bem como a realização de reuniões nos municípios que se pretende a criação do CIAMP Rua municipal.	1º Foi sugerido Umuarama, Cascavel, Guarapuava.
	46. Informou-se que a criação de uma Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, no âmbito da PMPR, não depende da corporação e está condicionada à autorização governamental. 47. Foi definida uma previsão de cargos e funções para uma Coordenadoria da Polícia Comunitária e Direitos Humanos.	1º O Comitê entende a necessidade de todas as providências governamentais, e disponibiliza seus esforços para garantir que os direitos humanos das pessoas em situação de rua sejam respeitados.
	48. A Proposição trata da elaboração de protocolos operacionais padronizados aos atendimentos das polícias às pessoas em situação de rua.	1º Os protocolos elaborados deverão ser abrangentes a todos os agentes de segurança e será sugerido ao Guatupê que representantes dos agentes de segurança pública participem da elaboração desses protocolos.
	49. Relatou-se sobre a resposta da SESP que disponibilizou o departamento de ensino da PM para compor junto ao	1º Decidiu-se que o Inrua, o MNPR, a SEED, a SEDS e a SEJU comporão junto com a equipe do Guatupê, um

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	CIAMP esses protocolos.	grupo de ação, conforme solicitação da SESP e disponibilidade dos membros do Comitê.
	50. A SESP também se comprometeu a estimular a pesquisa do tema da situação da população em situação de rua junto aos trabalhos de conclusão de cursos elaborados na PM.	1º aprovado pelo Comitê.
	51. Quanto à solicitação de aumento da carga horária de Direitos Humanos e Cidadania, com temática voltada às pessoas em situação de rua, a SESP informou que as cargas horárias desses temas nos cursos foram recentemente reelaboradas e que o tema PSR está sendo incluído nos planos das disciplinas, com uma abordagem pedagógica e interdisciplinar, e colocam-se a disposição para receberem eventuais palestras sobre o tema.	1º A SESP Disponibilizou para que membros do Comitê possam desenvolver palestras nos cursos do Guatupê. 2º Portanto o Comitê sugere que os palestrantes escolhidos deverão se reunir para alinhar a direção do que será abordado nas palestras.
	52. Caso de violação de direitos da população de rua em Maringá: relatou-se sobre a solicitação do MPPR de realocação do Centro Pop de Maringá da região central para um dos bairros mais distantes, limitando assim o acesso da população aos serviços, e atendendo aos pedidos de comerciantes e lojistas da região. Ademais Informou-se que a Secretaria de Assistência Social de Maringá não está apoiando o Centro Pop.	1º Foi proposto que o CIAMP Rua/PR encaminhasse ofício para a Prefeitura Municipal de Maringá, junto à Secretaria Municipal da Assistência Social, solicitando informações sobre a situação
	53. Relativo as violências que sofrem as pessoas em situação de rua, e principalmente as mortes que vem ocorrendo, foi questionado que não se tem conhecimento de número de ocorrências.	1º Foi proposto enviar ofício ao Capitão Perin, chefe da área do Sistema de Registro de Ocorrências, solicitando levantamento dos dados de Boletim de Ocorrência sobre as pessoas em situação de rua, sobre as mortes, para que então o CIAMP possa analisá-los.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		2º O Comitê deliberou pela solicitação à DPPR de números cujas ligações seriam efetivamente atendidas.
	54. Ainda sobre as mortes que estão acontecendo nas ruas, questiona-se que isto está acontecendo por falta de acolhimento/habitação para as pessoas que estão em situação de rua.	1º Propôs-se envio de ofício solicitando informações sobre o andamento da Operação Inverno e as estratégias de acolhimento da população de rua à Fundação de Ação Social – FAS, da Prefeitura de Curitiba. 2º e ao CIAMP – Curitiba, a este último um ofício solicitando esclarecimentos sobre as mortes.
	55. Discorreu-se sobre a necessidade de os CIAMPs levantarem a bandeira de moradia de interesse ou de aluguel social para a população em situação de rua.	1º A SEJU propôs a criação de uma frase temática sobre a moradia, e a inserção desta em todos os e-mails do Comitê e correspondência institucional da Política PSR. Todos ficaram de enviar suas sugestões para a próxima reunião.
	56. Leandro trouxe uma denúncia de casos de tortura por afogamento ocorridos no bairro Santa Felicidade, em Curitiba, por parte da PM contra moradores de rua que trabalhavam como flanelinhas.	1º O MNPR informou que o MPDH já está encaminhando a situação, solicitando providências.
REUNIÃO	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
09.07.2018	57. Informou-se que o Guia da População em Situação de Rua está sendo finalizado, visto que está em fase de análise dos Membros do CIAMP Rua/PR.	1º Os Membros foram orientados sobre onde a minuta da Cartilha será disponibilizada e como serão promovidas as alterações que os estes julgarem necessárias.
	58. Informou-se sobre o recebimento do ofício nº 814/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social - SASC, respondendo ao ofício nº 021/2018, enviado por esse Comitê, que indagava	1º O ofício da Secretária da Assistência Social, explicou que estão sendo envidados todos os esforços para alocar o Centro POP em construção e local mais adequado do anterior, o qual

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	sobre o possível fechamento do CentroPOP de Maringá e sobre o acolhimento da População em Situação de Rua no Inverno.	está sendo desativado porque o dono do imóvel solicitou o mesmo. 2º Informou também que a operação inverno está sendo realizada dentro dos parâmetros estabelecidos pelas políticas públicas, com abordagem social e encaminhamento ao acolhimento para aqueles que aceitam. 3º O Comitê ficou satisfeito com a resposta da prefeitura de Maringá.
	59. Informou-se sobre o Projeto Piloto, “Campanha sobre a Violência contra a População de Rua” elaborado pelo Grupo de Trabalho do CIAMPRua, que foi realizada nas escolas Estaduais de Curitiba, neste primeiro semestre.	1º Sugeriu-se que, no segundo semestre, o Projeto abrangesse também as Escolas do interior do Paraná, bem como, Particulares de Curitiba. 2º Todavia, por conta do período eleitoral, foi proposto dar sequência ao projeto a partir de 2019.
	60. A representante da SEED apresentou os trabalhos realizados pelos estudantes durante o Projeto contra o preconceito e violência que sofrem a PSR.	1º Foram 32 alunos em 5 escolas estaduais, que aderiram espontaneamente, participando do Projeto, desenvolvendo crônicas, redações, história em quadrinhos.
	61. A SEED sugeriu, e o Comitê acolheu a proposta, de entregar uma menção honrosa aos estudantes das Escolas Estaduais que Participaram do Projeto Piloto no evento em questão.	1º Foi decidido que a cerimônia aconteceria no mês de agosto, na Reunião Ampliada, com a presença de todos os municípios convidados para o evento.
	62. Escolha do slogan do CIAMPRua para acompanhar correspondências e impressos: Foi deliberado que o slogan do Comitê será “Da rua para casa: Moradia Primeiro!”	1º Foi escolhido e oficializado o Slogan do CIAMP Rua/PR, desta forma: “Da Rua para casa: Moradia Primeiro!” #moradiajapopruea.
	63. Apresentação do Relatório da SESP: Após breve apresentação dos membros da Coordenadoria de Análise e	1º Foram propostas pelo Comitê sugestões de tópicos mais adequados aos direitos humanos para compor o

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	Planejamento Estratégico - CAPE, responsáveis pelo relatório em questão, o Policial Jerry iniciou sua explanação sobre o funcionamento do sistema de registro de Boletins de Ocorrência no Paraná e como foram compilados os dados expostos no relatório.	sistema de registo de Boletins de Ocorrências. 2º Pelo relato dos policiais, a Academia de Polícia Militar do Guatupê, através das reivindicações do CIAMPRua e outros colegiados, sobre educação em Direitos Humanos para profissionais da segurança pública, foi atendida pela SESP.
	64. Foi proposto pelo CIAMPRua Estadual, o nome de 15 municípios que seriam convidados para participarem desta Reunião Ampliada de agosto, quando seria comemorado o Dia da Luta, da PSR.	1º Foram enviados os convites aos municípios escolhidos: 12 confirmaram a vinda e participaram do evento.
REUNIÃO	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
17.08.2018	65. Reunião Ampliada do CIAMP Rua/PR, contou com a presença de autoridades, convidados e colaboradores, bem como, com representantes municipais, onde foi comemorado o Dia da Luta PSR – Dia 19 de Agosto. 66. Solenidade inicial e em seguida palestras de capacitação, sobre Direitos Humanos, sobre a Política Nacional, sobre a Política Estadual e sobre o CIAMP Rua/PR. 67. Foi realizada a solenidade da SEED, Campanha sobre Violência contra a PSR. 68. Cada município apresentou suas demandas, quais equipamentos têm, bem como os encaminhamentos PSR.	1º Foi realizada a recepção dos municípios presentes à solenidade: 1-Umuarama, 2-Foz do Iguaçu, 3-Londrina, 4-Maringá, 5-Pinhais, 6-São José dos Pinhais, 7-Araucária, 8-Fazenda Rio Grande, 9-Guarapuava, 10-Almirante Tamandaré, 11-Piraquara, 12-Curitiba. 2º Dos municípios convidados que infelizmente não compareceram: 1-Colombo, 2-Cascavel e 3-Campo Largo. 3º Os presentes fizeram suas manifestações, com perguntas e respostas, sobre seus desafios e dúvidas, e ademais, ficaram com os contatos para outras dúvidas que surgissem na continuidade.
	69. Lançamento dos trabalhos feitos por alunos da SEED expostos na sala externa do auditório, e no período da tarde aconteceu a homenagem aos estudantes, professores e diretores que participaram da Campanha “Violência	1º Houve a entrega de menção honrosa aos estudantes e professores que desenvolveram os trabalhos e entrega de kit esportivo para as 5 diretoras das escolas participantes da campanha, 32 alunos participaram

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	contra a PSR”	dessa campanha de 5 escolas do município de Curitiba. Nossos agradecimentos pela presença de todos os envolvidos nesse projeto.
	70. Anunciou-se o ‘slogan’ escolhido pelo Comitê neste ano, que tem como tema primordial o Projeto de Moradia Primeiro, sendo o slogan do Comitê: “Da rua para casa: Moradia Primeiro” #moradiajapoprua; 71. Lançamento do flyer do Dia 19 de agosto, Dia Nacional da Luta PSR 72. Lançamento da cartilha Guia de orientação de políticas públicas para PSR.	1º O Slogan acompanha todas as correspondências da Política PSR e do Comitê. 2º Os links do Flyer e da Cartilha foram repassados para todos os municípios do Paraná e para as Secretarias Municipais de Assistência Social, por correspondência eletrônica, disponibilizando os mesmos no site www.dedihc.pr.gov.br.
	73. Palestra da SEJU, sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua – CIAMP Rua/PR, criado pelo Decreto Estadual nº 2.405 de 16 de setembro de 2019, seguindo as mesmas diretrizes do Comitê Nacional, criado pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.	1º informou-se sobre os membros que compõem o Comitê Estadual: Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, Secretaria da Saúde, Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária a Secretaria de Educação e a COHAPAR. Membros da sociedade civil: Movimento Nacional da População de Rua, Instituto Nacional dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, Casa da Acolhida São José, Fraternidade de Aliança Toca de Assis e Pastoral do Povo de Rua.
	74. Sendo esta uma Reunião Ampliada, com objetivo de orientar os municípios e também de ouvi-los, discorreu-se sobre as Principais atribuições do CIAMP Rua:	1º Citou-se as principais atribuições do CIAMP Rua atual e também as ações realizadas no ano de 2017: 1. Elaborar o Plano Estadual dos Direitos da População de Rua e demais projetos e ações. 2. Realizar o mapeamento das ações que estão sendo executadas e encomendar o perfil da população em situação de rua do estado do Paraná. 3. Elaborar, realizar e recomendar a implementação de cursos de

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		capacitação destinados aos profissionais que atuam nos serviços da população de rua.4. Assegurar a participação e o controle popular acerca das Políticas Públicas para promoção e proteção dos Direitos Humanos das pessoas em situação de rua. 5. Promover instâncias para a discussão e a articulação de temas relevantes com membros e convidados especialistas. 6. Articular políticas de garantia e direitos da população de rua com outros Órgãos Governamentais e Sociedade Civil. 7. Encaminhar denúncias realizadas.
	75. Informou-se que o Tribunal de Contas não permite o pagamento de diárias para os membros de Comitês, apenas para Conselheiros.	1º Sugestão em solicitar mudanças na legislação, para poder inserir os membros nomeados para Comitês nas previsões de diárias pagas.
	76. Apresentação Município de Curitiba / FAS, fez sua apresentação, trazendo dados da população de rua, citando as unidades de acolhimento, e repúblicas, onde as PSRs recebem atendimento de acordo com seu perfil. 77. Curitiba / Defesa Social - A apresentação prosseguiu com a defesa social, exibindo dois projetos no departamento de políticas antidrogas: 1º Projeto Intervidas; 2º Projeto Nova Morada – Vida Nova. 79. A apresentação do município de Curitiba SMS, prosseguiu com a fala da Coordenadora do Consultório na Rua apresentando o Serviço, que existe no município há cinco anos.	1º Discussão sobre suas unidades sociais, convênios, bem como seus principais desafios, entre eles, crise econômica, desemprego, dependência química e doenças psicológicas. 2º Projeto Intervidas: é um ônibus que atende a população de rua em duas praças (Osório e Rui Barbosa), a equipe passa por uma capacitação e buscam um atendimento psicossocial. Desenvolvem ações para fortalecer o vínculo com essa população. A partir desse vínculo descobre-se o estágio de dependência química destas pessoas e o atendimento é realizado conforme a necessidade do indivíduo. São realizadas entrevistas motivacionais para estudar um atendimento mais individualizado. Entre alguns encaminhamentos estão o atendimento noturno com apoio da FAS, CAPSAD, CentroPop, Casa da Acolhida e Regresso e Consultório na Rua. 2º O projeto Nova Morada – Vida

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		Nova também apoia as políticas públicas antidrogas. Esse projeto é realizado em um hotel que oferece 50 vagas para pernoite com café da manhã e refeição à noite. São pessoas com perfil para reinserção no mercado de trabalho e conquista de sua emancipação que são encaminhados pela FAS. O hotel fica no centro da cidade, Visconde do Rio Branco, 1105 – Centro. O Projeto Nova Morada – Vida Nova já existia, porém passou por uma reestruturação. 3º O Consultório na Rua possui um trailer e duas ambulâncias adaptados para os atendimentos. Os casos mais especializados de atendimento que não puderem ser realizados no trailer são feitos pela unidade mãe e transferidos para as Unidades de Saúde. Constando também nos transportes uma unidade móvel odontológica, sendo as unidades móveis não exclusivas para os moradores de rua, porém, os moradores de rua são prioridades no atendimento.
	80. O Representante do MNPR iniciou falando sobre os principais desafios Política Nacional PSR, sendo um deles projetá-la nos Estados e Municípios, pois tem que sensibilizar uma rede de gestores, entre outros, para que a política seja implementada, e principalmente organizar e conscientizar a população de rua dos seus direitos.	1º Foi refletido que quando iniciaram essas políticas estavam muito focados no assistencialismo nos locais públicos. Hoje pensam e focam mais na moradia aliada ao trabalho, para esses indivíduos. Citou como exemplo as políticas favorecidas através do governo com o programa Minha Casa Minha Vida que ajudou em grau elevado a população
	81. Apresentação Município de Maringá, representado pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maringá. 82. O CIAMPRua de Maringá foi criado em 2017, as reuniões ocorrem a cada 60 dias.	1º Equipamentos: A rede de atendimento Governamental em Maringá é o Centro Pop criado em 2010, Portal da Inclusão, Serviço de Abordagem de Criança e Adolescente, CAPS, CAPSAD, CAPS3 (para transtorno mental), e CAPSAção, Hospital Municipal, Consultório na Rua,

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	83. Citou que entre as causas do aumento da população de rua em Maringá: O aumento da procura por trabalho por pessoas de fora da Cidade; Outro é o projeto de empresários que contratavam mão de obra de moradores de rua, e que diminuíram sua licitação perante a prefeitura; O Centro Pop está mudando de local devido a várias manifestações que ocorreram na Cidade; E que o departamento da Política Antidrogas fica dentro da Secretaria de Assistência Social.	Hospital Psiquiátrico. 2º Estão sendo criados acolhimentos Governamentais. Também, estão com projetos de repúblicas, ainda sem local previsto. Na Casa de Passagem há 50 vagas. 3º No levantamento feito pelo Centro Pop estão em média com 350 moradores de rua, sendo 277 homens e 40 mulheres, a maioria é população negra.
	84. Apresentação Município de Pinhais. Foi realizada por Adriana Perotoni Atanásio, do CREAS. 85. Entre os serviços ofertados há o serviço especializado em abordagem especial dentro do CREAS, plantão social, não há equipes exclusivas para o atendimento nas ruas, construção de projetos de vidas, encaminhamentos para redes socioassistenciais, inserção na comunidade, entre outros. 85. Entre as dificuldades foi citado a necessidade de capacitação, quebra do preconceito pela comunidade, ampliar o envolvimento com demais políticas, inserção no mercado de trabalho.	1º Equipamentos: Citou que dentro da Assistência Social tem quatro CRAS, um CREAS e uma unidade para acolhimento, onze unidades de saúde, Unidade de Pronto Atendimento e Hospital Municipal ao lado da UPA. Possuem parceria com CAPSAD, sendo um CAPSAD e um CAPS2. 2º O CADÚnico contou quarenta e quatro pessoas. Aproximadamente 58 pessoas moradores de rua. 3º Solicita maior integração com a Agência do Trabalhador auxiliando na busca de trabalhos para a população em situação de rua.
	86. Apresentação Município de Londrina, representado por Josiane, Coordenadora da Política de Assistência Social Especial. 87. O Comitê PSR de Londrina foi instaurado em 2014. Há um recurso de R\$2.800 reais para hotel, porém não está sendo utilizado. O plano para uso desse dinheiro será debatido no Comitê e a princípio será atribuído para bolsas.	1º Informa que a equipe do Centro Pop é constituída por 16 técnicos, sendo 5 de apoio, 16 pessoas na abordagem, tem um grupo do EJA no Centro Pop, dois professores de Educação Física, pedagoga, socióloga, duas coordenações (1 administrativa e 1 técnica). Essa equipe tem uma vinculação com a cultura que tem os editais do PROMIC. Ocorrem também, aula de violão, dança, teatro e cursos profissionalizantes, terapia

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		ocupacional, cinemateca, atividades esportivas, oficina de alfabetização, oficina de redução de danos e encontros de Consultório na Rua. Tem um programa de transferência de renda no valor de R\$250,00, que é administrado por uma equipe dentro do Centro Pop, e essa equipe analisa dentro dos usuários do programa quem precisa desse dinheiro para morar, dependendo do perfil. Neste ano, foram atendidas 3282 pessoas no Centro POP. 2º A casa de alojamento se transformou em república e no ano de 2019 haverá mais quatro repúblicas. 3º É fornecido passagens de ônibus para a PSR. A empresa que paga a passagem do ônibus dos funcionários da Prefeitura é a mesma que compra a passagens dos moradores de rua, sendo uma agência terceirizada.
	88. Apresentação Município de Foz do Iguaçu, sendo representando pela psicóloga Dayse Mara Bortoli, Coordenadora da Política Social Especial. 89. Situações problematizadas: por questão de fronteira há também o contrabando de drogas, onde conseguem acesso às drogas facilmente. Há pacientes que possuem alta médica, porém não possuem a alta social, visto que não possuem um lugar para ir. O Município não possui Legislação de saúde para pessoas de 18 a 59 anos. 90. Estão desenvolvendo um acordo para construção de 10 casas pela Foz Habita, no Projeto “Moradia Primeiro”.	1º Possuem Centro Pop desde 2011, 2 Casas de Passagem, sendo uma masculina, de 18 a 59 anos; e outra para família, mulheres e idosos, em julho atenderam 220 pessoas. No Pop passam em média por dia 40 pessoas. Discorreu que o Centro Pop possui dois assistentes sociais, um psicólogo, educadores e Coordenadores. 2º A metade das PSR são de imigrantes haitianos. Outra população que está aumentando é dos indígenas, venezuelanos, colombianos e até egípcios. Também, foi abordado sobre a existência de grande população LGBT nas ruas. Em decorrência dessas demandas, foi realizada uma parceria com a Universidade de Integração Latino Americana (UNILAM). Hoje os servidores possuem aulas de espanhol e se planeja implementar aulas de guarani. E na UNILA, começará também aulas de português para imigrantes. Para

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		questões com as crianças e adolescentes haitianas, possuem um diálogo muito próximo com o Paraguai e Argentina. 3º A abordagem social fica dentro dos dois CREAS, sendo um para criança, adolescente, idosos, pessoas com deficiência e adultos; e outro para práticas educativas, ambos trabalhando com a Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)..
	91. Apresentação Município de Umuarama. A representante discorreu que não possuem famílias em situação de rua, porém, há imigrantes e indígenas em situação de rua que é realizada assistência.	1º Equipamentos: O Centro Pop foi criado em 2014. Com o trabalho do Centro POP, em 2017 conseguiram uma emancipação econômica social de 17 pessoas. Agora estão com 4 pessoas em processo de emancipação. Citou a necessidade de aumentar a equipe de recursos humanos, visto que os atendimentos semanais giram em torno de 1600 pessoas. O acompanhamento do atendimento tem que ser escolhido a dedo, visto ter poucos funcionários para a grande demanda. A equipe de abordagem é de um psicólogo para acompanhar o educador na abordagem e 2 assistentes sociais. 2º Moradia - Desde 2014 conseguiram colocar 7 pessoas em situação de rua em suas moradias. Há também parcerias com abrigo que é casa de passagem, ONG não governamental que abriga nos períodos na noite, Comunidade Eucarística Voz dos Pobres. 3º Não possuem programas específicos para pessoas com problemas psicológicos, porém, dispõe de hospital psiquiátrico, CAPSAD e CAPS2.
	92. Apresentação Município de	

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	Guarapuava. A cidade foi representada pela Assistente Social do CREAS. Citou que possuem um número de funcionários bem acima da base para um CREAS, sendo a maioria da parte socioeducativa. Serviços e Equipamentos: a técnica discorreu que são atendidas aproximadamente 37 pessoas por semana, a faixa etária é de homens de 18 a 59 anos, mulheres de 18 a 42 anos e 2 idosos. A equipe que presta esse serviço é feita por 2 assistentes sociais, 1 psicóloga, 1 segurança e 1 zeladora. Os serviços ofertados são café da manhã e da tarde, espaço para higiene pessoal e de suas vestimentas, doação de roupas, calçados e cobertores, encaminhamentos para outras políticas públicas. Possuem três casos de pessoas com doença psiquiátrica. Possuem albergue noturno, porém não possuem casa de passagem específica do município. Fazem orientações acerca de questões de direitos e, assim como outros Municípios, também possuem grande número de migrantes e imigrantes. Pessoas em situação de rua devido a brigas familiares, dependência química e álcool. Possuem 3 pessoas com quadro de dependência química e álcool. Aproximadamente 170 pessoas atendidas nesse perfil de CREAS POP. O Município não possui um Comitê, por dificuldades de profissionais.	
REUNIÃO	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

26.09.2018	93. Realizado relatório do Seminário sobre Políticas Públicas em Cascavel, que aconteceu no dia 20 de setembro de 2018, por iniciativa da Prefeitura municipal com a parceria da SEJU e do Ministério de Direitos Humanos. Em torno de 10 (dez) municípios circunvizinhos participaram do Seminário PSR. 94. A SEED informou sobre a possibilidade em dar continuidade da Campanha “Violência contra a População em situação de rua”, discorrendo que é de interesse da SEED continuar com a campanha até o final de 2018. 95. A SESP informou sobre a primeira edição da publicação de uma cartilha sobre os procedimentos operacionais da Polícia Militar, que será lançada no final de outubro. A mesma deverá passar por revisão a cada seis meses. 94. Reiterou-se a importância da Guarda Municipal também ter acesso aos Protocolos Operacionais Padronizados para auxiliá-los em suas abordagens e procedimentos.	1º Foram abordadas as ações das prefeituras, atividades realizadas em benefício à população em situação de rua, em oficinas educativas para os técnicos que atuam na área, com a orientação técnica da SEJU e MDH. Neste evento foi explicado o trabalho que o CIAMPRua Nacional e Estadual realizam, ficando à disposição para auxiliar na adesão à política para a população em situação de rua e no projeto de abertura de Comitês nos Municípios presentes. 1º Para o ano de 2019, foi sugerido estender esta Campanha para todo o Estado do Paraná e, além disso, fazer palestras nas Escolas e Colégios do Estado promovendo maiores informações sobre as pessoas em situação de rua. 2º Também, foi recomendado a criação de um curso para os professores da rede estadual, com possibilidade de ser à distância, na intenção de sensibilização em relação a população em situação de rua. 1º Foi solicitado que os Protocolos Operacionais Padronizados sejam estendidos às Guardas Municipais, para auxiliá-los em suas abordagens e procedimentos, junto a PSR. 2º Foi sugerido desenvolver novos procedimentos com objetivo de melhoria na abordagem dos policiais perante a população em situação de rua. 3º A representante da Casa da Acolhida São José, sugeriu que ao se fazer as revisões de procedimentos da Polícia Militar que fossem consultadas e trazidas nas reuniões, as pessoas
-------------------	--	---

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		em situação de rua, visto que a temática é voltada a elas e seria importante ouvi-las para que as medidas tomadas sejam pontuais. 4º No Seminário de Cascavel houve muitas reclamações sobre os procedimentos da Guarda Municipal, ficaram satisfeitos ao saberem que os Protocolos poderão ser, também, utilizados por eles.
	95. O INRUA sugeriu que a moradia seja vinculada como uma política real de saída das ruas, pois é recorrente os empecilhos físicos nos locais onde se encontram as pessoas em situação de rua, deixando-os sem opção de local fixo.	1º O Comitê trabalhará com o Programa Moradia Primeiro, bem como outros programas de habitação já vigentes.
	96. A SEJU enviou aos membros o Edital de Convocação de Eleição da Sociedade Civil.	1º O edital foi aprovado e será encaminhado ao jurídico para avaliação e publicação.
09.10.2018	97. Sobre as questões de suicídio que se abate sobre a população em geral e possível causa de mortes com as pessoas em situação de rua, bem como profissionais que os atendem.	1º Informou-se sobre a realização de um curso online, na página da Escola de Saúde Pública, sobre a temática da prevenção ao suicídio voltado a todos os profissionais da assistência social, da saúde e da educação e convidou os interessados a acessar o conteúdo.
	98. Sobre os óbitos de pessoas em situação de rua, a Pastoral do Povo da Rua sugeriu que seja debatida neste Comitê a questão das mortes por hipotermia das pessoas em situação de rua que possuem deficiências mentais.	1º A SESA informou que existem situações de internação compulsória mas observou que os técnicos da área social que fazem o atendimento a essas pessoas não têm condições de determinar uma internação e declarou que esta é uma questão que deve ser problematizada. 2º A Pastoral discorreu sobre a necessidade de tratamento psiquiátrico para pessoas que apresentam quadros de surto.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		3º A SESA propôs que a equipe do da Saúde Mental do Estado seja convidado para expor ao Comitê como funcionam as políticas desta área; e na continuidade convidar também o Consultório na Rua, para falar sobre o tema, uma vez que possuem experiência sobre o assunto pois trabalham cotidianamente com esses casos. Proposta aceita pelo Comitê para os meses de novembro e dezembro.
	99. Desenvolver Orientação Técnica sobre o Projeto Moradia Primeiro: INRUA lembrou que a questão da habitação para a população em situação de rua deve fazer parte dos planos de governo estadual e federal, pois os municípios não possuem recursos para tal. 100. O Planejamento do Comitê prevê a redação de outras notas técnicas e sugeriu que fosse feita uma Circular do CIAMPRua para promover essas informações dentre os órgãos do poder público estadual e municipais. Toca de Assis declarou que circulares e boletins não despertam o interesse de leitura e sugeriu que outro título seja criado. Os membros sugeriram que “orientação técnica” fosse substituído por termos como “reflexões”, “informações” e “nota”. A Pastoral sugeriu que esta orientação fosse feita na forma de cartas aos prefeitos.	1º Entende-se que a divulgação do Moradia Primeiro é prioridade, sendo a Orientação/Nota Técnica, pode ser uma das formas de fazer com que as informações sobre o projeto cheguem a todos os municípios, principalmente aos de menor porte que não podem acessar recursos federais para desenvolver políticas voltadas para a população em situação de rua. 2º Discorreu-se sobre um projeto de moradia que está sendo alinhado em parceria da Cúria Diocesana de Curitiba, do InRua, da Casa de Acolhida São José e da Pastoral do Povo da Rua, baseado Projeto Moradia Primeiro, que foi implantado ao redor do globo e que tem mostrado resultados positivos. 3º A SEJU relata que no Seminário de Políticas Públicas PSR, ocorrido no município de Cascavel, o Ministério de Direitos Humanos – MDH, declarou que três Ministérios (MDH, MCidades e MDS) estão trabalhando intersecretorialmente através de um grupo de trabalho para implementar um projeto nacional de moradia para as pessoas em situação de rua.
	101. Acompanhamento técnico intersecretorial aos PSR que forem inseridos no Moradia Primeiro: foi discutida a questão do trabalho de reambientação das pessoas que	1º Discutiui-se sobre as questões que a população em situação de rua enfrenta sobre moradia e também com os projetos, como o tempo máximo de

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	estavam em situação de rua e que passam a ter uma moradia.	permanência e a dificuldade de se vincular emocionalmente a seu novo ambiente e com as pessoas com as quais passa a conviver.
	102. Estabelecendo parâmetros para a videoconferência Pop Rua. Informou-se que houve contato com a SEDS, a qual tem toda a estrutura necessária para a realização de videoconferência e do web cast, as quais poderão ser feitas simultaneamente. Foi disponibilizado para fazermos programação conjunta. 103. Para a videoconferência, os técnicos do interior devem se deslocar até o Escritório Regional da SEDS mais próximo e, para o web cast, o conteúdo pode ser acessado em qualquer computador. 104 - Dayse informou que o município de Foz do Iguaçu construirá, com recursos próprios, dez casas para serem entregues em dois anos e que serão direcionadas pela assistência social à população em situação de rua. Também, se propôs a encaminhar ao CIAMPRua todo o processo para a construção destas casas, que tramitou junto ao Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu – FozHabita, e à Secretaria Municipal da Assistência Social de Foz do Iguaçu – SMAS.	1º SEJU sugeriu que o lançamento da Nota Técnica sobre Moradia durante a videoconferência. 2º INRUA sugeriu que o CIAMPRua determinasse um conteúdo mínimo a ser abordado na videoconferência, sugeriu consultar os documentos sobre moradia já existentes para determinar o formato do documento do CIAMPRua, completou declarando que a realização de projeto de moradia depende da iniciativa do prefeito de cada município. 3º Dayse explanou sobre questões relacionadas à ação da assistência social e as questões intersetoriais que envolvem o projeto de Foz do Iguaçu. 4º Propôs-se que os membros do CIAMPRua/PR deverão estar presentes no dia para acompanhar e participar da videoconferência e que os servidores da Saúde e da Educação também sejam convidados para participar da videoconferência, declarando que estes podem se deslocar para os Escritórios Regionais da SEDS, uma vez que já é prática a atuação em parceria com a SESA. 5º Propôs-se também que a videoconferência deveria ser gravada e posteriormente disponibilizada no site da SEDS/SEJU para que outras pessoas tenham acesso. 6º Propôs-se e foi aceito por todo o plenário, que a videoconferência fosse transferida para o início do próximo ano - 2019, por volta do mês de março.
		1º Toca de Assis propôs que fosse

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	105. Toca de Assis sugeriu que fosse redigido um documento para que o CIAMPRua se apresente ao novo governador do Estado. 106. SEDS sugeriu que uma reunião com o novo governador seja marcada com a equipe de transição dos governos para que esta questão seja encaminhada logo no início da nova gestão.	redigida uma carta de apresentação do CIAMPRua. SEJU apontou que o texto poderia partir da carta assinada pelo vice-governador quando em reunião pré-eleitoral, com o MNPR e INRUA. A SEJU considerou que poderia ser feita na forma de uma agenda com o governador. 2º INRUA propôs que fosse elaborado um plano do CIAMPRua onde constassem as metas a serem atingidas nos próximos anos, incluindo a questão da moradia mas não apenas isso, e que este documento fosse entregue ao governador do Estado, quando fosse finalizado. 3º INRUA informou que o governador que assumirá a gestão do Paraná, quando esteve em reunião pré-eleitoral com o MNPR E INRUA, se comprometeu com a manutenção do CIAMPRua, com a realização de um censo com as pessoas em situação de rua e a adotar o projeto Moradia Primeiro.
	107. Toca de Assis sugeriu solicitar também ajuda para divulgação e interiorização das políticas promovidas pelo CIAMPRua.	1º SEJU informa que o CIAMPRua pode propôr possíveis alterações no decreto de criação do Comitê, para que este preveja a possibilidade de disponibilização de verbas para que representantes do interior possam participar, ampliando geograficamente a representação estadual. 2º SEDS informou que elaborou uma orientação técnica sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social na perspectiva da Política da Assistência Social, a fim de contribuir e auxiliar tecnicamente as equipes dos Escritórios Regionais da SEDS, bem como aos municípios que atuam com o referido serviço, com as PSR.
REUNIÃO	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
13.11.2018	108. Iniciou-se informando que foi	1º Após dois anos de tentativas

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	assinado o termo de adesão à Política Nacional da População em Situação de Rua, integrando oficialmente a esta política que já vinha sendo desenvolvida no Estado do Paraná, por organizações não governamentais e ações governamentais já estabelecidas por Leis e normas Nacionais, por órgãos do executivo da assistência social, Saúde Pública e Direitos Humanos. 109. Após a assinatura de adesão à Política Nacional, houve a realização de uma entrevista à TV Educativa, participando a SEJU, MNPR e INRUA, onde foi noticiado a assinatura do Termo de Adesão, e apresentar o Projeto Moradia Primeiro, defendido pelo CIAMP/RUA nacional e o estadual.	frustradas para a assinatura do Termo de Adesão à Política para a População em Situação de Rua, comemoramos que finalmente houve a concretização de ambas as partes: Estadual e Nacional., sendo assinado e publicado em Diário Oficial. 2º Visando a divulgação dos atos do governo, mas principalmente para dar visibilidade em todos municípios do Paraná à Política Estadual para as pessoas em situação de rua e ao Projeto Moradia Primeiro. 3º foi solicitado à União, lista dos Estados e Municípios que já fizeram a Adesão à Política Nacional PSR, são os que seguem: Estados: Distrito Federal, Bahia, Acre, Minas Gerais, e Paraná. Municípios: Rio Branco (Acre), Maceió (Al), Goiânia (Goiás), Curitiba (PR), Florianópolis (S.C.), São Paulo (S.P.), Juiz de Fora (M.G.), Porto Alegre (R.S.), Recife (PE), Uberaba (M.G.), Foz do Iguaçu (PR).
	110. Apresentação da SESA – Saúde Mental: A convidada Rejane, coordenadora, iniciou a sua fala apresentando um panorama do Paraná em relação a estabelecimentos de atendimento, reformas psiquiátricas e tipos de internações. 111. Ressaltou-se a importância de criar estratégias para cuidar e amenizar fatores específicos da população em situação de rua, bem como a dificuldade em controlar a medicação e as crises que podem ocorrer.	1º INRUA informou que infelizmente, em Curitiba, o projeto que estava sendo realizado com o objetivo de melhorar o atendimento aos indivíduos em situação de rua por parte do CAPS, estabelecendo um local de abrigo necessário em um hotel, porém, ocorreu o fim do mesmo devido a quebra contratual com o hotel. 2º Em seguida, ressaltou a necessidade de instaurar um projeto para efetuar esses atendimentos aos indivíduos sem moradia que acabam entrando em uma situação de perda de autonomia mais definitiva, que acabam recorrendo, como último recurso, aos hospitais e instituições psiquiátricas.
	112. Relato sobre o IIº Seminário de Políticas para a PSR, na Região Norte do Estado do Paraná, em Londrina, nos	1º O Seminário foi realizado em conjunto com o Ministério Público do

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	dias 22 e 23 de novembro/2018: O objetivo do Seminário é dar uma maior visibilidade às políticas públicas à população em situação de rua, e incentivar os municípios a criarem sua própria rede de atendimento PSR e Comitê Municipal, e ao mesmo tempo capacitar os técnicos que atuam na área desta política.	Estado do Paraná, na Comarca de Londrina, MNPR e a SEJU. A SEJU disponibilizou um micro-ônibus para o transporte para os representantes do MNPR viajarem de Curitiba à Londrina, incluindo traslado e retorno à capital. Informando ainda que representantes das instituições governamentais e não governamentais poderiam utilizar deste transporte, porém, teriam que arcar com as diárias e outros gastos pessoais realizados. No Micro-ônibus viajaram 14 pessoas integrantes do MNPR. 2º Durante o Seminário PSR em Londrina, foi idealizado e aprovado, uma Carta de Intenções, sobre as melhorias prioritárias para as Políticas Públicas PSR.
	30/11/2018 - REUNIÃO ESPECÍFICA AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
	113. Dia da Reunião Específica, para as eleições dos representantes da sociedade civil organizada, para a gestão de 2019 a 2020. Deu-se início ao pleito eleitoral entre as entidades que foram habilitadas e que irão compor o Comitê Intersetorial da População em Situação de Rua – CIAMP Rua/PR. 114. A mesa de abertura, composta por representantes da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU) e Ministério Público do Paraná (MPPR) deu início aos trabalhos da Eleição.	1º O processo avançou com a apresentação da documentação das entidades da Sociedade Civil habilitadas no Processo Eleitoral do CIAMP Rua - PR. 2º Na sequência, as entidades optaram, conforme previsão em edital, por realizar a eleição por meio de aclamação. 3º A mesa proclamou as seguintes entidades inscritas eleitas: 1) Pastoral Nacional do Povo da Rua; 2) Casa da Acolhida São José; 3) Instituto Nacional de Direitos Humanos da População em Situação de Rua – Todas estas apresentaram documentos que comprovam as atividades conforme o artigo 7º do Edital. 4º As entidades foram orientadas sobre os próximos passos para a composição do Comitê.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	115. Em razão da ausência da/o representante do Conselho Regional de Psicologia do Paraná - CRP, a entidade não foi aclamada e o caso será decidido pela Comissão Eleitoral, em consonância com o Art. 16º do Edital de Convocação nº 003/2018.	1º À posteriori foi recebido, em tempo hábil, justificativa da ausência do CRP – Conselho Regional de Psicologia, o qual foi julgado pela Comissão Eleitoral, que julgou procedente a justificativa, contemplando a instituição para assumir a quarta vaga ao pleito 2019 a 2020 do CIAMP RUA/PR.
REUNIÃO	AÇÕES	PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS
11/12/2018	116. A SESP Informa que na região central de Curitiba há um número considerável de casos atendidos envolvendo pessoas em situação de rua, tanto na condição de vítima quanto acusado. Devido a este fato, busca-se alternativas para compreender estas ocorrências e em que medida a PM pode auxiliar na questão e prevenção e solução a estes casos. 117. SESP Informa que há um diálogo entre estes indivíduos e a Guarda Municipal, PM, Departamento da Cultura e Serviços Sociais, com o objetivo de compreender a singularidade e traçar melhores estratégias para lidar com as diversas situações que os envolvem cotidianamente.	1º MNPR informa que há um livro com Protocolos de Procedimentos desenvolvido em parceria com a PM, o Ministério da Justiça, a SEJU e o MNPR, que trata das abordagens com a população em situação de rua, o qual pode ser utilizado como base, para adequar dentro dos direitos humanos, os procedimentos de abordagens da PSR, pela Segurança Pública. 2º Sugeriu-se analisar as ocorrências recebidas pelo Comando Central da PM, separá-las em categorias e então trazer ao Comitê para serem debatidas e buscar soluções conjuntas, para esses problemas de violação de ordem pública.
	118. Preconceito: destacou-se a importância de serem discutidos as questões de como a população de rua está sendo vista e tratada, já que há reclamações sobre a população ser acordada com banhos de água e realocadas a força, o que representa a forma desumanizada e ainda preconceituosa na qual são vista e tratadas, com o estereótipo ligado a drogas e álcool e uma política que mantém essa população nas ruas, invés de buscar maneiras de auxiliar na questão de emprego e moradia. 119. Destacou-se que a questão da segurança da população em situação de rua também deve ser prioridade, em	1º Informou-se que tem órgãos e Instituições que lutam diariamente para que os direitos humanos destas pessoas sejam reconhecidos, e um deles é o Instituto Nacional de Direitos Humanos da População de Rua, localizado no prédio da associação de catadores de materiais recicláveis, na rua Voluntários da Pátria, no centro de Curitiba-PR. Este Instituto desenvolve um trabalho de acompanhamento à população de rua realizando reuniões em praça pública, sendo na Praça Rui Barbosa nas terças e quartas-feiras, possuindo como foco a luta por melhorias das políticas públicas (moradia, educação, saúde, etc). Além disso, todo o preconceito deve ser

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	decorrência ao grande índice de vítimas.	levado ao conhecimento das autoridades.
	120. Há denúncias sobre indivíduos fazendo suas necessidades fisiológicas na frente de estabelecimentos como restaurantes, mercados, lanchonetes, etc, sendo então necessário um debate sobre a questão do respeito aos estabelecimentos privados e espaços públicos, para que não haja o comprometimento de uso e convivência nesses espaços.	1º O MNPR levantou a questão dos cartões que davam acesso a banheiros, que existiam na gestão municipal anterior e nesta foram retirados, dificultando o uso dos banheiros públicos. O Comitê entende ser esta uma necessidade fisiológica básica para todas as pessoas, sendo portanto imprescindível que sejam tomadas as providências pelo governo municipal. 2º Informou-se sobre a elaboração pela Prefeitura de Curitiba, de um plano intersetorial para auxílio à população de rua, com a construção de um perfil desses indivíduos e também com uma proposta política (questão de moradia, estudo, saúde, etc), por fim houve a sugestão de que os lojistas e comerciantes poderiam auxiliar neste projeto.
	121. O assunto sobre a Saúde Mental retornou ao Comitê, como anteriormente proposto. Questionou-se sobre a perspectiva do atendimento em relação a população em situação de rua e como se daria a continuidade do tratamento. 122. Informou-se que no ano de 2018, houve um total de 480 pessoas em atendimento, sendo 440 por questões de envolvimento com álcool e drogas, e 40 por transtornos mentais. Que 90 vagas são para atendimento integral e 235 não, 123. Informou-se que a questão do projeto territorial do CAPS foi desenvolvido devido a grande demanda, e que necessita de uma equipe maior do que a que está disponível, limitando assim o número de casos.	1º O Comitê entende sobre a importância de estabelecer um atendimento de forma intersetorial, facilitando o atendimento e a eficácia do tratamento. 2º Tanto a Saúde como o Comitê, reforçam a importância do CAPS, em decorrência a maior aceitação em relação a população de rua e também a importância de buscar realizar as atividades em outros locais, fortalecendo o tratamento do indivíduo e facilitando o mesmo. 3º Informou-se que, devido ao fato de não ser possível a permanência do paciente no CAPS em um período muito longo, foi firmado um convênio com a SENAD, e estabelecido um local onde pacientes em recuperação são

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

		transferidos para continuar o acompanhamento, de forma intersetorial.
	124. Saúde Pública: informou-se que está sendo realizada uma avaliação nas unidades do SUS, para averiguar o acesso, o atendimento, o número e gênero dos casos, etc, porque a população em situação de rua possui um código específico, pode e deve ser atendida em qualquer unidade de saúde pública. 125. Informou-se que a maior dificuldade ocorre no atendimento na rua, visto que muitos profissionais que são chamados não possuem uma preparação para lidar com os casos ou há um grande preconceito, dificultando o atendimento correto.	1º Destacou-se a importância da existência e do trabalho do Consultório na Rua e também das redes do SUS e da necessidade da aproximação recente entre os trabalhos do CAPSD e do Consultório na Rua. 2º Informou-se sobre a importância do fortalecimento da rede para o tratamento e acompanhamento dos pacientes, e também sobre o acompanhamento que tem sido realizados aos indivíduos em situação de rua, internados em hospitais como o Bom Retiro.
	126. Sugeriu-se que fosse elaborado um documento para apresentar ao governador, em tópicos mais diretos, propostas que tenham uma formação que permita uma comunicação mais política	1º Foi sugerido realizar uma reunião para organizar esse projeto na questão de ação e de representantes, e também uma reunião com o novo governador para apresentação de projetos. 2º Sugeriu-se elaborar um documento prévio com quatro tópicos iniciais, como a questão das políticas públicas na questão de moradia, encaminhar para os membros do Comitê para assim ir modificando e melhorando conforme for decidido, focando com os objetivos do CIAMP e não no histórico.
	127. O MNPR informou sobre um evento que está sendo programado para 2019, Festival "Fast Rua" em março, que contará com várias oficinas.	1º Foi proposto que o convite seja extensivo para outras instituições, que possam participar também com oficinas e ou ações.

SECRETARIA DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
E CIDADANIA

	128. O COMITÊ entende que alguns itens do Plano de Trabalho 2018, por conta de alguns fatores, não foram integralmente cumpridos, tais como: - As palestras aos Colegiados (CEDI, COEDE, CEAS); - Palestras no Guatupê; -Vídeo-conferência sobre Moradia / Habitação; - Informação técnica sobre “Moradia Primeiro”.	1º Elencamos aqui algumas justificativas: . Foi priorizado pelo Comitê, discutir o Projeto “Moradia Primeiro” em todos os eventos – o que foi feito nos quatro Seminários realizados. . Em respeito às Normas do TRE, decorrente das eleições governamentais em todo o território nacional. . foi priorizada a capacitação aos municípios através dos quatro grandes encontros regionais, através da interiorização das políticas públicas PSR, com o apoio da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos;
--	---	---

Responsabilidade dos dados: PPOPRUA e CIAMP Rua/PR
Política para a população em situação de rua
Período: 01/01/2018 à 31/12/2018

Dulce Darolt
Coordenadora

Política para a População em Situação de Rua
Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania